

1. Caracterização da Unidade Curricular**1.1. Designação da Unidade Curricular****1.1.1. Designação**

Direito Administrativo

Curso(s):

Contabilidade e Administração (P.L.)

Contabilidade e Administração

1.1.2. Designation

Administrative Law

Course(s):

1.2. Sigla da área científica em que se insere**1.2.1. Sigla da área científica**

-

1.2.2. Scientific area's acronym

-

1.3. Duração da Unidade Curricular**1.3.1. Duração**

Semestral

1.3.2. Duration

Semestral

1.4. Total de horas de trabalho**1.4.1. Horas de trabalho**

Horas de Trabalho: 0108:00

1.4.2. Working hours

Working hours: 0108:00

1.5. Total de horas de contacto

1.5.1. Horas de contacto

(T) Teóricas:	0000:00	(TC) Trabalho de Campo:	0000:00
(TP) Teórico-Práticas:	0045:00	(OT) Orientação Tutorial:	0019:30
(P) Práticas:	0000:00	(E) Estágio:	0000:00
(PL) Práticas Laboratoriais:	0000:00	(O) Outras:	0000:00
(S) Seminário:	0000:00		
Horas Contacto:	0064:30		

1.5.2. Contact hours

(T) Theoretical:	0000:00	(TC) Field Work:	0000:00
(TP) Theoretical-practical:	0045:00	(OT) Tutorial Guidance:	0019:30
(P) Practical:	0000:00	(E) Internship:	0000:00
(PL) Laboratory practices:	0000:00	(O) Other:	0000:00
(S) Seminar:	0000:00		
Contact Hours:	0064:30		

1.6. ECTS

4

1.7. Observações

1.7.1. Observações

NA

1.7.2. Comments

NA

2. Docente responsável e respetiva carga letiva na Unidade Curricular

2.1. Docente responsável e carga letiva (preencher o nome completo)

CARLOS MANUEL DA SILVA NUNES

Sem carga letiva

2.2. Responsible academic staff member and lecturing load (fill in the full name)

CARLOS MANUEL DA SILVA NUNES

No lecturing load

3. Outros docentes e respetivas cargas letivas na Unidade Curricular

3.1. Outros docentes e respetivas carga letivas

3.2. *Other academic staff and lecturing load*

4. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

4.1. Objetivos de aprendizagem

As actividades a desenvolver nas Administrações Públicas (AP) são enformadas por uma componente legal com a qual todo o profissional que nelas esteja em funções tem de estar familiarizado ou mesmo dominar ao pormenor consoante as circunstâncias.

Assim, na unidade curricular Direito Administrativo a partir de leituras da organização da Administração Pública nomeadamente na perspectiva constitucional aborda-se regime jurídico mais estruturante quer na perspectiva interna quer na perspectiva relacional cidadão/entes públicos.

4.2. *Learning outcomes of the curricular unit*

The activities to be carried
Thus, in the curricular unit

5. Conteúdos programáticos

5.1. Conteúdos

1 ¿ Introdução

- 1.1 ¿ Noções: Direito Privado e Direito Público
- 1.2 ¿ Direito Constitucional
- 1.3 ¿ Direito Administrativo
- 1.4 - Noção de Estado
- 1.5 - História
- 1.6 - Noção de Administração
- 1.7 - Organização Política do Estado Português

2 ¿ Administração Central Directa

- 2.1 ¿ O Governo e o Bem Comum: O Serviço Público
- 2.2 ¿ Lei Orgânica
- 2.3 ¿ Os Ministérios e os Ministros
- 2.4 - Competência Legislativa do Governo
- 2.5 - Competência Administrativa do Governo
- 2.6 ¿ A Administração Local do Estado
- 2.7 ¿ Organização da Administração: A Desconcentração e a Descentralização
- 2.8 ¿ Idem: Instrumentos Jurídicos ¿ A Delegação de Poderes e a Devolução de Poderes

3 ¿ Administração Indirecta do Estado

- 3.1 ¿ Noção
- 3.2 ¿ Razões da Sua Necessidade
- 3.3 ¿ Atribuições
- 3.4 ¿ Os Institutos Públicos

4 - A Administração Autónoma do Estado

- 4.1 - Noção
- 4.2 - Administração Autónoma de Base Territorial
- 4.3 - Os Municípios
- 4.4 - História e Atribuições
- 4.5 - Estrutura Orgânica
- 4.6 - As Freguesias
- 4.7 - História e Atribuições
- 4.8 - Estrutura Orgânica
- 4.9 - A Administração Autónoma de Base Institucional
- 4.10 - As Organizações Profissionais: Ordens e Similares
- 4.11 - As Universidades
- 4.12 - As Empresas Públicas

5 - Princípios Gerais da Actuação Administração

- 5.1 - Noção
- 5.2 - Princípio da Prossecução do Interesse Público no respeito pelos Direitos e Interesses Legítimos dos Particulares
- 5.3 - Princípio da Legalidade
- 5.4 - Princípio da Boa Fé
- 5.5 - Princípio da Justiça e Imparcialidade
- 5.6 - Outros Princípios

6 - O Procedimento Administrativo

- 6.1 - Noção
- 6.2 - Procedimento Administrativo Geral ou Comum
- 6.3 - Procedimentos Administrativos Especiais
- 6.4 - Princípio Constitucional do Procedimento
- 6.5 - Estrutura do Procedimento Administrativo Comum
- 6.6 - As Fases do Procedimento

7 - Os Modos de Actuação do Poder Administrativo

- 7.1 - Noção
- 7.2 - Regulamento Administrativo
- 7.3 - Distinção entre Regulamento Administrativo e Lei
- 7.4 - Tipos de Regulamento
- 7.5 - Regime Jurídico
- 7.6 - O Acto Administrativo: Conceito
- 7.7 - Remissão

8 - As Operações Materiais

- 8.1 - Noção
- 8.2 - Regime Jurídico

9 - Os Contratos Administrativos

- 9.1 - Noção
- 9.2 - Tipos de Contrato
- 9.3 - O Papel do Concurso Público
- 9.4 - O regime Jurídico
- 9.5 - Procedimentos em Especial

10 - O Acto Administrativo em Especial

- 10.1 - História
- 10.2 - Elementos
- 10.3 - Tipos
- 10.4 - Validade
- 10.5 - Eficácia
- 10.6 - Revogação
- 10.7 - Vícios: Da Nulidade e da Anulabilidade
- 10.8 - As Garantias Graciosas - Tipos, Regime e Prazos

11 ¿ A Responsabilidade Civil do Estado

- 11.1 ¿ Noção
- 11.2 ¿ Tipos de Responsabilidade
- 11.3 - Regime Jurídico

12 ¿ O Contencioso Administrativo

- 12.1 ¿ Acção Administrativa Comum
- 12.2 - Acção Administrativa Especial
- 12.3 ¿ Providências Cautelares
- 12.4 ¿ Referências ao Contencioso Tributário

5.2. Syllabus

1. Introduction

- 1.1 - Notions: Private Law and
- 1.2 - Constitutional Law
- 1.3 - Administrative Law
- 1.4 - Concept of State
- 1.5 - History
- 1.6 - Concept of Administration
- 1.7 - Political Organization

2 - Direct Central Administration

- 2.1 - The Government and the
- 2.2 - Organic Law
- 2.3 - Ministries and Ministers
- 2.4 - Legislative Competence
- 2.5 - Administrative Competence
- 2.6 - Local State Administration
- 2.7 - Organization of Administration
- 2.8 - Idem: Legal Instruments

3 - Indirect State Administration

- 3.1 - Concept
- 3.2 - Reasons for its Existence
- 3.3 - Assignments
- 3.4 - Public Institutes

4 - The Autonomous State

- 4.1 - Concept
- 4.2 - Autonomous Territorial
- 4.3 - Municipalities
- 4.4 - History and Duties
- 4.5 - Organic Structure
- 4.6 - The Parishes
- 4.7 - History and Duties
- 4.8 - Organic Structure
- 4.9 - Institutional Based Autonomy
- 4.10 - Professional Organizations
- 4.11 - Universities
- 4.12 - Public Companies

5 - General Principles

- 5.1 - Concept
- 5.2 - Principle of Pursuit of Legitimate Interests of Individuals
- 5.3 - Principle of Legality
- 5.4 - Principle of Good Faith
- 5.5 - Principle of Justice and Equity
- 5.6 - Other Principles

6 - The Administrative

- 6.1 - Concept
- 6.2 - General or Common Administration
- 6.3 - Special Administrative
- 6.4 - Constitutional Principles
- 6.5 - Structure of the Common Administration
- 6.6 - The Phases of the Process

7 - The Modes of Act

- 7.1 - Concept
- 7.2 - Administrative Regulation
- 7.3 - Distinction between Administrative Regulation and Administrative Act
- 7.4 - Types of Regulation
- 7.5 - Legal Regime
- 7.6 - The Administrative Act
- 7.7 - Remission
- 8 - Material Operations
- 8.1 - Concept
- 8.2 - Legal Regime

9 - Administrative Contract

- 9.1 - Concept
- 9.2 - Types of Contract
- 9.3 - The Role of the Public Administration
- 9.4 - The Legal regime
- 9.5 - Special Procedures

10 - The Special Administrative

- 10.1 - History
- 10.2 - Elements
- 10.3 - Types
- 10.4 - Validity
- 10.5 - Effectiveness
- 10.6 - Revocation
- 10.7 - Defects: Nullity and Annulment
- 10.8 - The Gracious Guarantee

11 - The State's Civil

- 11.1 - Concept
- 11.2 - Types of Responsibility
- 11.3 - Legal Regime
- 12 - Administrative Litigation
- 12.1 - Joint Administrative Litigation
- 12.2 - Special Administrative Litigation
- 12.3 - Precautionary Provisions
- 12.4 - References to Tax Litigation

6. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da Unidade Curricular

6.1. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos

Os conteúdos da UC, apresentados de forma macro, estão intimamente ligados ao seu objetivo porquanto se pretende que o aluno apreenda os vários elementos/conceitos do Direito Administrativo, por forma a conseguir identificar os diversos regimes jurídicos aplicáveis. Para tal, é necessário compreender a sua dinâmica e todas as ferramentas que se encontram ao seu dispor.

6.2. *Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives*

The contents of the CU, presented in a macro way, are closely linked to its objective because

7. Metodologias de ensino (avaliação incluída)

7.1. Metodologias de ensino (avaliação incluída)

a) - Avaliação contínua, compreende a realização de 2 testes e uma exposição, nos seguintes termos:
 - Dois testes escritos (40% + 40%): o primeiro abrange o conteúdo programático dos capítulos 1 a 6 inclusive; o segundo abrange o conteúdo programático dos capítulos 7 a 11. Cada um dos testes não pode ter classificação inferior a 7 valores, sob pena de o aluno passar para exame final.
 - Exposição sobre um tema, à escolha do candidato, o qual deve ser discutido em aula e tem o peso de 20% na nota final de avaliação contínua.

b) - Exame Final

Há ainda a possibilidade de a avaliação ser realizada através de prova escrita valendo, o seu conjunto, 100%.

7.2. *Teaching methodologies (including evaluation)*

a) - Continuous assessment, including:
 - Two written tests (40% + 40%)
 - Presentation on a topic, class discussion
 b) - Final Exam
 There is also the possibility of the evaluation being carried out through a written test, which will count for 100% of the total.

8. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da Unidade Curricular

8.1. Demonstração da coerência das metodologias

A componente expositiva é essencial para poder ser realizado o enquadramento da actividade administrativa, nomeadamente, para poderem ser colocadas as questões para investigação.

A componente crítica permite levantar, por parte da docência, um conjunto de questões que venham a ser desenvolvidas e investigadas pelos próprios candidatos.

O facto de realizarem um trabalho, e a sua exposição oral, permite inculcar o necessário stress pedagógico que assegura a aquisição dos conhecimentos, competências e aptidões.

8.2. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The expository component is
investigation.
The critical component makes
The fact that they carry out

9. Bibliografia de consulta/existência obrigatória

- Amaral, Diogo Freitas do, Curso de Direito Administrativo, Vol I (3.ª Ed. ç 2010) e II (2.ª Ed.), Almedina, Coimbra, 2011
Matos, André Salgado e outros - "Direito Administrativo Geral" (Tomos I e III), D. Quixote, 2010.
Caupers, João - Introdução ao Direito Administrativo, 10ª edição, Âncora Editora, 2009
Oliveira, Mário Esteves de - Código do Procedimento Administrativo Anotado, Almedina, Coimbra, 2004
Tavares, José - Administração Pública e Direito Administrativo- Guia de estudo, reedição digital, Almedina, Coimbra, 2007
Machete, Pedro - A audiência dos interessados no procedimento Administrativo, Univ. Católica Portuguesa, Lisboa, 1995.
Antunes, Luís F. Colaço - A teoria do Acto e a Justiça Administrativa, Almedina, 2006.
Veiga, Alexandre Brandão da - Acesso à Informação da Administração Pública pelos Particulares, Almedina, Coimbra, 2007.
Moreira, Vital - Administração Autónoma e Associações Públicas, Almedina, Coimbra, 2003.
DçAlte, Sofia Tomé - A nova Configuração do Sector Empresarial do Estado e a Empresarialização dos Serviços Públicos, Almedina, Coimbra, 2007.
Quadros, Fausto de - A nova Dimensão do Direito Administrativo, Almedina, Coimbra, 1999.
Barbosa, Paula - Acção de Condenação no Acto Administrativo Legalmente Devido, AAFDL, Lisboa, 2007.
Moncada, Luís Cabral de - A relação Jurídica Administrativa, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.